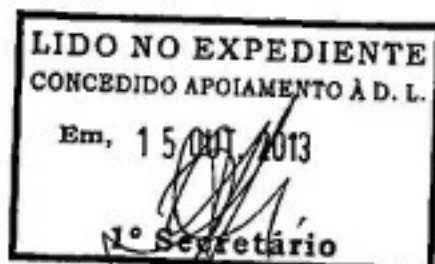


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2325/13



Indica Instalação da Defensoria Pública no Município de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Com fulcro § 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Instalação da Defensoria Pública no município de Campo Mourão.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das instituições denominadas Defensorias Públicas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A Defensoria Pública é essencial à função Jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os Graus, dos necessitados" razão pela qual solicitamos a instalação de uma unidade da Defensoria Pública em Campo Mourão.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2013.

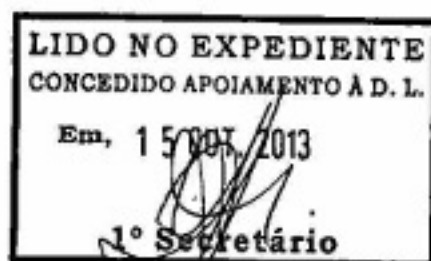

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2326/13



Indica Instalação da Defensoria Pública no Município de Cidade Gaúcha.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Com fulcro § 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Instalação da Defensoria Pública no município de Cidade Gaúcha.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das instituições denominadas Defensorias Públicas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A Defensoria Pública é essencial à função Jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os Graus, dos necessitados" razão pela qual solicitamos a instalação de uma unidade da Defensoria Pública em Cidade Gaúcha.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2013.

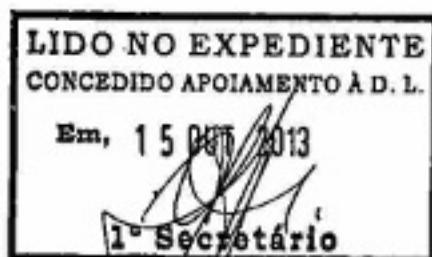

DEPUTADO JONAS GUIMARÃES

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2327/13



Indica Instalação da Defensoria Pública no Município de Umuarama.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor, Carlos Alberto Richa.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, Com fulcro § 1º do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Instalação da Defensoria Pública no município de Umuarama.

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná pode garantir assistência jurídica gratuita a todo cidadão que não apresente condições financeiras de contratar um defensor, ou seja, um advogado. Esse direito previsto na Constituição Federal de 1988 deve ser garantido através da atuação das instituições denominadas Defensorias Públicas. De acordo com a Constituição Federal de 1988, artigo 134, "A Defensoria Pública é essencial à função Jurisdicional de Estado, incumbindo-lhe a orientação jurídica e a defesa, em todos os Graus, dos necessitados" razão pela qual solicitamos a instalação de uma unidade da Defensoria Pública em Umuarama.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2013.


DEPUTADO JONAS GUIMARÃES



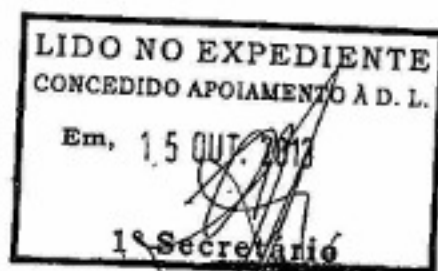
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2328/13



Indica prorrogação do prazo de vigência por igual período do Concurso Público, edital 095/2012 para Preenchimento de Vagas de Auditor Fiscal "A".

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa e

A Secretaria da Administração e da Previdência Senhora Dinorah Botto Portugal Nogara.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica prorrogação do prazo de vigência por igual período do Concurso Público, edital 095/2012 para Preenchimento de Vagas de Auditor Fiscal "A".

JUSTIFICATIVA:

No ano de 2012 foi realizado Concurso Público de Provas e Títulos para o preenchimento de 100 (cem) vagas para cargo de Auditor Fiscal "A", Integrante da Carreira de Auditor Fiscal da Coordenação da Receita do Estado – CRE regulamentada pela Lei Complementar nº 131/2010.

Conforme prevê o edital 195/2012, item 16.1 o prazo de validade do Concurso Público é de 1 (um) ano, contado a partir da data da publicação do edital de homologação final do resultado, ocorre que prazo é muito curto e a Administração Pública Estadual tem competência para prorrogar o prazo do referido concurso por igual período a qualquer tempo dentro de sua vigência.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 14 de outubro de 2013.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



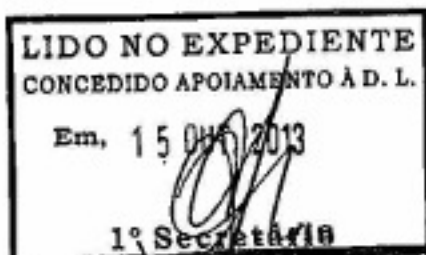
Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do Deputado Professor Lemos



INDICAÇÃO Nº 2329/13



Indica Instalação de Radar na PR 082, na altura da "Curva do Ligeiro" localizada entre Terra Boa e Cianorte.

Ao Governador do Estado do Paraná Senhor Carlos Alberto Richa e

Ao Secretário de Estado da Secretaria de Infraestrutura e Logística Senhor José Richa Filho.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no § 1º do Artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, após receber a aprovação do Plenário, Indica Instalação de um Radar na PR 082, na altura da "Curva do Ligeiro" localizada entre Terra Boa e Cianorte.

JUSTIFICATIVA:

Esse trecho da PR 082 que liga o Município de Terra Boa a Cianorte são recorrente os acidentes ocorrido na "curva do ligeiro", em alguns casos com vítimas fatais. Os usuários desta estrada pedem urgente um mecanismo para que os condutores diminuam a velocidade no local, nesse caso mais indicado um radar.

É a razão deste.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2013.


PROFESSOR LEMOS
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

INDICAÇÃO Nº 2330/13

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 15 OUT. 2013

1º Secretário

Súmula: Sugere a aquisição de 1 (um) Veículo VAN, com elevador de acesso de cadeirantes ao Município de Mandaguaçu.

Ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Governo.

O Deputado Dr. Batista dirige-se à Vossa Excelência, para expor e reivindicar o seguinte:

I – aquisição de 1 (uma) Veículo VAN, com elevador de acesso de cadeirantes ao Município de Mandaguaçu.

II – a apresentação da presente indicação, vem ao encontro de antiga reivindicação da comunidade do Município de Mandaguaçu.

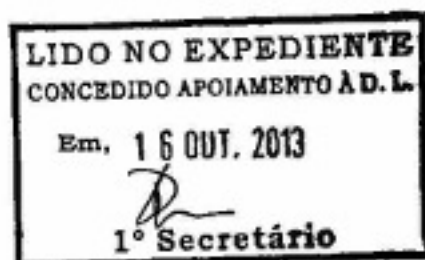
Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2013.

DR. BATISTA
Deputado Estadual



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



INDICAÇÃO Nº 2331/13

Sugere a liberação do Plantio de Soja Transgênico no centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná,
Ao Secretário de Estado da Educação e
Ao Secretário da Agricultura e do Abastecimento.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a liberação do Plantio de Soja Transgênico no centro Estadual de Educação Profissional Agrícola de Campo Mourão, a rogo da ACAMDOZE por meio do ofício em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nos termos do instrumento, em anexo, que considera o pleito de extrema necessidade, tendo em vista que por se tratar de uma Instituição Educacional de cunho didático pedagógico específico para a formação profissional em agropecuária.

Ainda, observando que existe por imposição do ex Governador Requião proibição do plantio de lavouras transgênicas na área dos colégios, mesmo com a ausência de lei que inviabilize a utilização dessa nova tecnologia no Brasil.

Neste sentido, solicita-se junto ao atual Governo Estadual a liberação desta espécie de plantio para que possam compreender as bases que fundamentam o plantio, ou não, da soja geneticamente modificada para o fim de estudar e conhecer tanto na teoria quanto na prática suas diferenças e benefícios.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2332/13

Sugere a realização de Estudos Técnicos para implantação de um Hospital Regional no Município de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário de Estado da Saúde.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a elaboração de Estudos Técnicos para implantação de um Hospital Regional no Município de Campo Mourão, a pedido da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze conforme solicitação em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se na solicitação encaminhada pela ACAMDOZE que objetiva a realização de estudos técnicos para implantação de um Hospital Regional na cidade de Campo Mourão.

Ressalta-se que o Poder Legislativo desta municipalidade já tem por referência o sistema inerente ao funcionamento dos Hospitais Regionais do Paraná, sendo que no momento operam no sentido de coligir Estudos Técnicos para implantação deste sistema.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D. L.

Em, 16 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2333/13

Sugere a condução da sede do Tribunal Regional Federal para o município de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Presidente do Conselho Nacional de Justiça e

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência a condução da sede do Tribunal Regional Federal para o município de Campo Mourão, a pedido da ACAMDOZE nos termos da solicitação em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se na solicitação encaminhada pela Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze que propõe o envio da sede do Tribunal Regional Federal para o município de Campo Mourão.

Ressalta-se no pedido o objetivo que o maior intuito é descentralizar as ações da Capital de Curitiba valorizando o Interior do Paraná. Sugestionam a cidade de Campo Mourão devido a sua localização em privilegiado entroncamento Rodoviário.

Desta forma, trazer ao centro oeste do Estado um Tribunal de vital importância, fomentará o desenvolvimento e o crescimento de toda esta região interiorana com maior presteza, bem como se tornará referência para outros Estados desvincularem órgãos desta natureza de suas capitais.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D. L.

Em, 16 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2334/13

Sugere mudanças no fornecimento das refeições distribuídas nas cadeias da região de Campo Mourão.

Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência mudanças no fornecimento das refeições distribuídas nas cadeias da Microrregião Doze, especificamente a viabilização de que as mesmas sejam produzidas nas próprias localidades que possuem esse tipo de detenção, tudo a rogo da ACAMDOZE por meio do ofício em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se nos termos do instrumento encaminhado pela Associação que dispõe sobre a produção das marmitas distribuídas nas cadeias da nossa região, especificamente sobre a possibilidade de as mesmas serem produzidas nas próprias localidades que possuem esse tipo de detenção.

Neste sentido, solicita-se que as refeições servidas sejam produzidas no próprio município, o que acreditam reduziria o custo com o transporte e, se poderia cobrar a qualidade dos alimentos, além de ajudar na renda dos pequenos empresários do ramo alimentício dos respectivos municípios.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

MARLA TURECK
Deputada Estadual - PSD



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 16 OUT. 2013

1º Secretário

INDICAÇÃO Nº 2335/13

Sugere autorização para a implantação do curso de Medicina no município de Campo Mourão.

À Presidente da República do Brasil,
Ao Governador do Estado do Paraná e
Ao Secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Em atendimento ao art. 127 do Regimento Interno desta Casa de Leis, após receber a aprovação do Plenário, sugere-se a Vossa Excelência que autorize a implantação do curso de Medicina no município de Campo Mourão, a pedido da Associação das Câmaras Municipais da Microrregião Doze conforme solicitação em anexo.

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se na solicitação encaminhada pela ACAMDOZE que objetiva a autorização para implantação do curso de medicina no município de Campo Mourão. A instalação do referido curso proporcionará o fortalecimento de Campo Mourão e Região como Polo de ensino Superior, influenciando diretamente em seu desenvolvimento sócio econômico e propiciando significativa melhoria na qualidade dos serviços de saúde regional.

Dentre todos os argumentos ajuizados no instrumento em anexo, destaca-se que a instalação do curso nesta localidade, irá fomentar o interesse da população local menos abastadas pela formação médica, facilitando sua permanência na região, além de permitir a criação de Residência Médica, em especial na Santa Casa de Misericórdia, amenizando ou mesmo resolvendo a carência de profissionais médicos na região.

Sala das Sessões, em 16 de outubro de 2013.

MARIA TURECK
Deputada Estadual - PSD